

PERSPECTIVAS LUSO-BRASILEIRAS NA RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS

ORG.
RAIMUNDO SILVINO DA COSTA NETO
SYNARA RODRIGUES FILGUEIRAS

2019
1ª Edição
LEGIT EDIÇÕES

FICHA TÉCNICA:

PERSPECTIVAS LUSO-BRASILEIRAS NA RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS

1ª Edição: Julho, 2019

Editor: LEGIT EDIÇÕES©

Rua de Santa Marta, 56

1169-023 Lisboa

Tel: 215 800 021

LEGIT EDIÇÕES © é uma marca registada, pertencente a ABDUL'S ANGELS, UNIPessoal LDA.

www.abdulsangels.pt

www.facebook.com/abdulsangels

Julho, 2019

DEPÓSITO LEGAL

A presente edição foi elaborada de forma rigorosa, de acordo com a legislação em vigor e com a mesma grafia das fontes oficiais, não dispensando a consulta das mesmas.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou qualquer outro processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

O conteúdo dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Catálogo na Publicação

FILGUEIRAS, Synara Rodrigues (Coord.)

NETO, Raimundo Silvino da Costa (Coord.)

RIBEIRO, Rogéria M. (Rev.)

CARLI, Manoela Nery de (Capa)

Perspectivas luso-brasileiras na resolução alternativa de conflitos. Lisboa: Legit Edições, 2019. 350p.

ISBN: 978-972-8973-56-8

1. Resolução de conflitos. I. Farias, Andrielle Karine Pedralli. II. Neto, Antônio Eugênio Leite Ferreira. III. Emmerich, Bárbara Bortoluzzi. IV. Rolim, Bruno Gigante Matos. V. Júnior, Carlos Pinto De Almeida. VI. Silva, Helen Lucia De Barros. VII. Maraschin, Inês Maria Viana. VIII. Almeida, Ingrid Noetzold de. IX. Filgueira, X. Rambo, Luiz Augusto Rambo. XI. Chada, Marcelo Artur Miranda. XII. Lima, Mariana Almeida de. XIII. Fernandes, Peter Rodrigues. XIV. Neto, Raimundo Silvino da Costa. XV. Filgueiras, Synara Rodrigues Filgueiras. XVI. Brabo, Thatyana Antonelli Marcelino. XVII. Bortolini, Thiago Calmon Fernandes. XVIII. Paula, Yara Rebeca Albuquerque Marinho de

CDU 34

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13

PREFÁCIO..... 17

INTRODUÇÃO 21

DA NÃO JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS LABORAIS CENÁRIO
ANTES E APÓS A REFORMA TRABALHISTA..... 23
Andriele Karine Pedralli Farias

1. Introdução 23

2. Formas autônomas de composição dos conflitos trabalhistas..... 25

2.1. Autotutela: Greve e lockout..... 25

2.2. Negociação coletiva: Convenções coletivas de trabalho e acordos
coletivos 28

2.3. Comissões de Conciliação Prévia..... 29

3. Formas heterocompositivas 31

3.1. Arbitragem e sua utilização perante os litígios coletivos e individuais de
trabalho 32

4. Reforma trabalhista e os novos instrumentos de resolução alternativa de
conflitos 36

4.1. Quitação anual de débitos..... 37

4.2. Arbitragem Individual Trabalhista..... 38

5. Conclusão 39

Referências Bibliográficas..... 41

A APLICAÇÃO DE MULTA NA CONCILIAÇÃO: UMA PERSPECTIVA
SOB A ÓTICA DO ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA... 43
Antônio Eugênio Leite Ferreira Neto

Introdução 43

1. Métodos de resolução de conflitos..... 45

1.1. Definições básicas..... 46

1.2. Métodos complementares e desjudicialização..... 46

1.3. Negociação 47

1.4 Mediação versus arbitragem 48

1.5 Mediação versus conciliação 49

2. A conciliação no Brasil e em Portugal 51

2.1. Histórico e aspectos culturais 51

2.2. Conciliação e sua definição..... 52

2.3. A conciliação e a transação no código civil..... 52

2.4. A conciliação e o acordo no código de processo civil 53

2.5. Conciliação como fase do processo na forma heterocompositiva.....	53
2.6. A conciliação nos juizados especiais estaduais.....	54
2.7. A conciliação nos juizados especiais federais.....	57
2.8. A conciliação nas ações de alimentos.....	58
3. Instrumentos de coercibilidade processual no âmbito da conciliação judicial....	59
3.1. Audiência de conciliação.....	59
3.2. Legitimidade das medidas coercitivas por ato atentatório à dignidade da justiça.....	60
Conclusão.....	62
Referências bibliográficas.....	63

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTOS PARA A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO 65

Barbara Bortoluzzi Emmerich

Introdução.....	65
1. Direito fundamental à razoável duração do processo e a morosidade da justiça brasileira e portuguesa.....	66
1.1. Cultura da litigiosidade e indústria do contencioso.....	66
1.2. Morosidade da justiça.....	67
1.3. Acesso à justiça versus acesso ao judiciário.....	68
1.4. A razoável duração do processo como direito fundamental.....	70
2. Conciliação e mediação pré-processual e processual no Brasil e Portugal.....	71
2.1. Histórico e conceitos.....	71
2.2. Princípios orientadores.....	73
2.3. Diferenças entre conciliação e mediação.....	74
3. Conciliação e mediação no Direito Luso-Brasileiro.....	76
3.1. Implantação de política judiciária de tratamento adequado de conflitos no Brasil: Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça do Brasil.....	76
3.2. Produtividade dos núcleos de conciliação brasileiros.....	78
3.3. Dados estatísticos do CEJUSC da região de Guarabira do Tribunal de Justiça da Paraíba.....	80
Conclusão.....	80
Referências bibliográficas.....	81
ANEXO I - PRODUTIVIDADE ANUAL DA COMARCA DE GUARABIRA (2016)	83
ANEXO II - PRODUTIVIDADE ANUAL DA COMARCA DE GUARABIRA (2017)....	83
ANEXO III - PRODUTIVIDADE ANUAL DA COMARCA DE GUARABIRA (2018)	84
ANEXO IV - RESULTADO DA META 3 DO CEJUSC DE GUARABIRA.....	84

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO NO ÂMBITO DOS TABELIONATOS DE PROTESTO 85

Bruno Gigante Matos Rolim

1. Introdução.....	85
2. Legitimação e embasamento dogmático para a utilização dos meios alternativos de resolução de conflito.....	86
3. Função dos tabelionatos de protesto de título e seu papel na economia moderna....	89
4. Conciliação e mediação.....	92

5. Aplicação da mediação e conciliação nos tabelionatos de protesto e notários.....	95
5.1. Vocação natural dos tabelionatos para o procedimento de resolução alternativa do litígio.....	96
5.2. Benefícios da utilização dos meios alternativos para recuperação do crédito.....	97
5.3. Regulamentação legal.....	99
6. Conclusão.....	100
Referências bibliográficas.....	101

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE DIREITOS E INTERESSES

COLETIVOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... 105

Carlos Pinto de Almeida Júnior

Introdução.....	105
1. O Ministério Público de Portugal e o Ministério Público no Brasil.....	106
1.1. O Ministério Público de Portugal, seu perfil constitucional e a necessidade de se avançar na defesa efetiva do Estado Democrático de Direito.....	106
1.2. O Ministério Público brasileiro e o seu perfil constitucional.....	109
2. Das práticas autocompositivas como soluções de conflitos coletivos no âmbito do Ministério Público.....	112
2.1. Negociação.....	114
2.2. Mediação e Conciliação.....	115
2.3. Práticas Restaurativas.....	116
2.4. Convenções Processuais.....	116
Conclusão.....	117
Referências bibliográficas.....	118

A MEDIAÇÃO COMO MECANISMO DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA

DE CONFLITOS FAMILIARES..... 123

Helen Lucia de Barros Silva

Introdução.....	123
1. Mediação familiar.....	124
1.1. Conceito.....	125
1.2. Evolução histórica.....	126
2. Princípios da mediação familiar.....	128
2.1. Princípio da Voluntariedade.....	129
2.2. Princípio da Celeridade.....	130
2.3. Princípio da Confidencialidade.....	131
2.4. Princípio da Imparcialidade.....	132
2.5. Princípio da Independência.....	132
2.6. Princípio da Isonomia das Partes.....	133
2.7. Princípios: aspectos a considerar.....	133
3. Fases da Mediação.....	134
3.1. Fases da Mediação em Portugal.....	134
3.2. Fases da Mediação no Brasil.....	136
3.2.1. Mediação Judicial.....	136
3.2.2. Mediação Extrajudicial.....	138
Conclusão.....	139

Referências bibliográficas.....	140
---------------------------------	-----

MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL NAS RELAÇÕES PRIVADAS CIVIL E COMERCIAL, EM PORTUGAL E NO BRASIL - COM ÊNFASE NO ÂMBITO NOTARIAL E REGISTRAL 143

Inês Maria Viana Maraschin

1. Introdução	143
2. Formas de resolução de conflitos extrajudiciais no Direito português e brasileiro 145	
2.1. Regramento jurídico.....	145
2.2 Diferenças entre os institutos de resolução de conflitos extrajudiciais .	146
3. Especificidade das pessoas envolvidas no processo de mediação extrajudicial em Portugal e no Brasil.....	147
3.1 Quem são as partes na mediação extrajudicial.....	147
3.2 A participação do advogado na mediação extrajudicial	148
3.3. O papel do mediador extrajudicial	149
3.4 A remuneração do mediador.....	152
4. Aspectos relevantes da mediação extrajudicial em Portugal e no Brasil - com ênfase no âmbito notarial e registral.....	152
4.1 Comentários à aplicabilidade da mediação extrajudicial no sistema português e brasileiro	152
4.2 Benefícios da mediação extrajudicial	154
4.3 Críticas à mediação	154
5. Eficácia executiva do termo de mediação extrajudicial em Portugal e no Brasil.....	155
6. Conclusão	156
Referências bibliográficas.....	158

O PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: Exceções e Consequências..... 161

Ingrid Noetzold de Almeida

Introdução	161
1. Breve análise conceitual e principiológica da mediação de conflitos.....	162
1.1. Conceito.....	162
1.2. Princípios gerais da mediação em Portugal.....	163
Voluntariedade.....	163
Confidencialidade	164
Igualdade e Imparcialidade.....	165
Independência do Mediador.....	165
Competência e Responsabilidade	165
Executoriedade	166
2. O princípio da confidencialidade na legislação portuguesa e brasileira	167
2.1. Previsões legais e conceito	167
2.2. Consequências à violação.....	169
2.3. Exceções à norma e seus possíveis efeitos	170
2.4. Jurisprudência	171
Conclusão	172
Referências bibliográficas.....	173

A IMPORTÂNCIA DA ARBITRAGEM E DA CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO..... 175

Lires Teles Filgueira

Resumo.....	175
Abstract.....	175
Introdução.....	176
1. Breve Histórico dos Métodos Alternativos das Resoluções de Conflitos.....	177
1.1. Os Conflitos de Consumo e a figura do Consumidor.....	179
2. Princípios da Resolução Alternativa de Litígio de Consumo.....	180
2.1. Princípio da Unidirecionalidade.....	181
2.2. Princípio da Voluntariedade.....	183
2.3. Princípio da Celeridade.....	184
2.4. Princípio do Processo Equitativo.....	185
3. Legislação no Direito Consumerista Português e Brasileiro: o caso da Conciliação e Arbitragem na Resolução Alternativa de Litígios de Consumo.....	187
4. Vantagens da aplicabilidade da solução alternativa de litígios nas relações de consumo: conciliação, arbitragem e a proteção do consumidor.....	190
Conclusão.....	191
Referências bibliográficas.....	193

DO INGRESSO DOS TERMOS DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS..... 197

Luiz Augusto Rambo

Introdução.....	197
1. Conceituação e aplicabilidade da conciliação e da mediação.....	200
2. Efeitos do acordo de mediação e de conciliação.....	206
3. O ingresso dos títulos oriundos dos termos de conciliação e mediação junto ao registro de imóveis.....	208
4. Conclusão.....	211
Referências bibliográficas.....	212

ARBITRAGEM NECESSÁRIA E O PRINCÍPIO DA INFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E PORTUGAL..... 215

Marcelo Artur Miranda Chada

Introdução.....	215
1. Noções introdutórias a respeito da arbitragem.....	216
2. Arbitragem necessária.....	217
3. Princípio da inafastabilidade da jurisdição e a arbitragem necessária.....	220
3.1. Em Portugal.....	220
3.2. No Brasil.....	223
Conclusão.....	225
Referências bibliográficas.....	226

A DIALÉTICA INTERCULTURAL NA ESCOLA COMO UM MECANISMO DE MEDIAÇÃO..... 229

Mariana Almeida de Lima

Introdução	229
1. A natureza jurídica do deslocado internacional.....	230
1.1. Histórico e Conceitos.....	231
1.1.1. Migrantes humanitários.....	233
1.1.2. Emigrante versus Imigrante	234
1.1.3. Refugiados	234
1.1.4. Solicitantes de Refúgio.....	235
1.1.5. Deslocados internos	235
1.1.6. Apátrida	235
1.1.7. Retornados	235
1.2. Histórico dos Refugiados em Portugal.....	236
1.3. Histórico dos Refugiados no Brasil.....	236
2. A dialética intercultural migratória.....	237
2.1. Políticas de Integração dos Refugiados em Portugal.....	237
2.2. Políticas de Integração dos Refugiados no Brasil.....	238
3. A medição intercultural e a intervenção social.....	239
3.1. A Intervenção preventiva e resolutiva como mecanismo paliativo de conflito na Escola	240
Conclusão	242
Referências bibliográficas.....	243

PLEA BARGAIN: UMA ANÁLISE CRÍTICA COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS 245

Peter Rodrigues Fernandes

1. Introdução	245
2. Contexto histórico do <i>plea bargain</i>	246
3. A experiência norte-americana do <i>plea bargain</i>	249
3.1 natureza jurídica	249
3.2 Definições, requisitos e fases: <i>Complaint; probable cause; first appearance on complaint; indictment; arraignment on indictment; plea of guilty or not guilty</i>	250
3.3 <i>Nolo contendere</i>	253
4 “Vigas metras” do sistema processual penal brasileiro: O devido processo legal e a presunção de inocência.....	254
5. O projeto anticrime do ministro sérgio moro – especificidades quanto ao <i>plea bargain</i>	260
6. Considerações finais	263
Referências bibliográficas.....	265

A MEDIAÇÃO VIRTUAL EM CONFLITOS FAMILIARES 267

Raimundo Silvino da Costa Neto

Introdução	267
1. A mediação virtual como reflexo da autonomia das partes e a desjudicialização dos conflitos.....	268
2. A plataforma digital como meio para o desenvolvimento da mediação.....	271

2. A plataforma digital como meio para o desenvolvimento da mediação.....	271
3. Os conflitos familiares e abordagem das técnicas de resolução alternativa em domínios tecnológicos.....	273
4. A prática da mediação virtual: participação dos advogados, limitação dos direitos em discussão e possibilidade de homologação judicial.....	275
5. Análise do caso concreto e atuação do mediador.....	278
6. Efetividade da mediação virtual: precedentes, legislação e construção de um caminho sólido.....	280
Conclusão.....	283
Referências bibliográficas.....	284

AUTOCOMPOSIÇÃO E O PODER PÚBLICO..... 287

Synara Rodrigues Filgueiras

Introdução.....	287
1. Do consensualismo na esfera pública luso-brasileira.....	288
1.1. Do relacionamento entre a administração pública e os cidadãos.....	291
1.2. Do equilíbrio das relações jurídicas.....	293
2. Da viabilidade jurídica da celebração de acordos administrativos como método alternativo de resolução de conflitos entre o poder público e o cidadão, independente de lei prévia autorizativa.....	294
3. Do princípio da juridicidade administrativa.....	296
4. Da indisponibilidade do interesse público.....	297
5. Da discricionariedade administrativa e do poder vinculado.....	298
Conclusão.....	300
Referências Bibliográficas.....	301

MEDIAÇÃO FAMILIAR BRASIL-LUSITANA: O PAPEL DO MEDIADOR 303

Thatyana Antonelli Marcelino Brabo

Introdução.....	303
1. Conceito de mediação familiar.....	304
2. O papel do mediador.....	305
2.1. Mediar não é conciliar.....	306
2.2. Mediação familiar não é terapia familiar.....	307
2.3. É possível a figura do juiz mediador?.....	309
2.4. Aspectos polêmicos - presença de advogados, intervenção de terceiros, sessões individuais e mediação em casos de violência doméstica.....	309
3. Mediação familiar no Brasil.....	311
4. Mediação familiar em Portugal.....	314
5. Conclusão.....	316
Referências bibliográficas.....	317

A MEDIAÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIO..... 320

Thiago Calmon Fernandes Bortolini

Introdução.....	320
1. Evolução histórica da mediação em Portugal.....	321
2. Evolução histórica da mediação no Brasil.....	323

3. Conceito de mediação	325
4. Função do mediador	326
5. Etapas da mediação de conflitos	328
6. Homologação dos acordos de mediação em Portugal	330
7. Homologação dos acordos de mediação no Brasil	331
Conclusão	332
Referências bibliográficas	333

“PLEA BARGAIN” COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CRIMINAIS: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL..... 335

Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula

Introdução	335
1. Conceitos e requisitos	336
2. “Plea bargain” no Direito Comparado	338
2.1. Memória histórica do “plea bargain”	338
2.2. “Plea bargain” nos EUA: Charge Bargaining; Count Bargaining; Fact Bargaining e Sentence Bargaining	339
2.3 “Plea bargain” no Canadá	340
2.4 “Plea bargain” na Alemanha	340
2.5 “Plea bargain” no Brasil	341
3. Análise constitucional do “plea bargain”	342
3.1. Direito de defesa	342
3.2. Direito ao contraditório	343
3.3. Direito a um julgamento por um juízo imparcial	344
3.4. Direito a não autoincriminação	345
4. Vantagens e desvantagens deste modelo de resolução de litígios criminais	346
4.1. Vantagens: diminuição da quantidade de processos judiciais, recuperação de ativos de forma mais célere e diminuição da impunidade	346
4.2. Desvantagens: não participação da vítima, falta de ética dos atores de justiça e relativização de direitos fundamentais	347
Conclusões	348
Referências bibliográficas	349